

Acta N.º 01/2011	
Livro N.º	Folha N.º

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
ACTA N.º 01/2011 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2011

----- Aos vinte e três dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e onze, reuniu, no Salão Nobre dos Paços do Município, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva, em Sessão Ordinária do mês de Fevereiro do ano em curso, pelas dezoito horas, e com a ordem de trabalhos constante no Edital junto aos documentos anexos a esta acta e oportunamente remetida a todos os membros da Assembleia. -----

----- Estiveram presentes na sessão os seguintes Membros da Mesa da Assembleia: -- Paulo Manuel Teixeira Marques, Presidente deste Órgão Autárquico, Maria Idália Amaral Pinto e Ilídio Silva Ferreira, primeira e segundo secretários respectivamente e os seguintes Membros: -----

Henrique Gomes Morgado, Hugo Filipe Afonso Trindade, José Manuel Afonso Rodrigues, José Luís Ferreira dos Santos, Joel Afonso de Sousa, Manuel Costa Pereira, Alberto Pereira de Sá, Alípio de Melo Vieira, Fernando Costa Félix, Manuel Leandro Vicente, Carlos Alberto Cunha Saraiva, Ilídio Afonso da Cruz, Sandra Cristina da Silva Francisco Amaral, Orlando Carvalho Canseiro, Augusto Marques Moreira, Amândio Martinho Salvador, Jorge Manuel Pereira Reis e Horácio Manuel Sousa Leal. -----

----- Não compareceu à reunião o membro Sr.^a Anabela Conceição Salvador Almeida

----- Nos termos do artigo 29º do Regimento desta Assembleia, participou na sessão o Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Estiveram também na Sessão a Vereadora a tempo inteiro, Delfina Maria Fonseca Gomes e os Vereadores em regime de não permanência, Manuel Marques Custódio e Ana Cristina Ribeiro dos Santos. -----

----- Sendo a hora designada para início da sessão, eram dezoito horas verificando-se haver quorum, o Sr. Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão, dando início aos trabalhos: -----

-----PERÍODO “ANTES DA ORDEM DO DIA”-----

1.1 - Leitura e apreciação de expediente diverso: -----

----- O Presidente da Assembleia deu a conhecer e fez-se apreciação do expediente recebido no período compreendido entre 27 de Dezembro de 2010 e 23 de Fevereiro do ano em curso. -----

1.2 - Outros assuntos típicos do “Período Antes da Ordem do Dia”; -----

----- a) Elementos contabilísticos referentes à situação financeira do Município reportada à data de 11 de Fevereiro de 2011.-----

----- Foram enviados a todos os membros da Assembleia os elementos em epígrafe, dos quais tomaram conhecimento -----

----- **b) Outros assuntos.** -----

----- Abertas as inscrições para este ponto inscreveram-se e usaram da palavra os seguintes membros: -----

----- Sandra Cristina da Silva Amaral Francisco, que proferiu o seguinte:” *Penso que como Membro da Assembleia Municipal devo manter ao corrente da situação de Fráguas este Órgão. Possivelmente já o deveria ter feito á mais tempo mas como devem compreender falar antes do tempo pode revelar-se muito perigoso. Assim sendo, julgo que este é o momento de facultar fotocópias de alguns pareceres jurídicos e de dois processos que decorreram um no Tribunal do Sátão e o outro no Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu. Saliento que os pareceres solicitados pela Junta de Freguesia de Fráguas e pela Câmara Municipal foram sempre a entidades do Estado português e nunca a empresas privadas que porventura possam ser especializadas em Lei das Autarquias Locais. Este pode parecer um pormenor insignificante mas que se revela de grande importância, pois um deles, está homologado pelo gabinete SEAL, Secretário de Estado da Administração Local.*-----

----- *Como já me pude aperceber pelos contactos que fiz a alguns dos Membros desta Assembleia, não se põe em causa a minha legitimidade e legalidade como Presidente da Junta de Freguesia de Fráguas e muito menos se põe em causa o “princípio da continuidade do mandato”, o que estabelece que os Membros do Órgão Executivo da anterior Junta de Freguesia permaneçam em funções até que sejam legalmente substituídos pelos novos Membros da Assembleia de Freguesia. Aliás, o próprio Ministério Público acata este princípio e reconhece o cabeça de Lista da Lista vencedora Presidente da Junta de Freguesia. Podem-no verificar no processo que foi mandado arquivar por não se encontrarem indícios do crime de peculato por parte da Presidente da Junta de Fráguas, do Sr. Secretário e do ex-Presidente da Junta de Freguesia.*-----

----- *Terão oportunidade de ler com calma a conclusão da acusação feita ao Ministério Público que originou uma investigação da Policia Judiciária Portuguesa á Junta de Freguesia de Fráguas. O Sr. António Pinto, ex-Tesoureiro da Junta de Freguesia teve também a gentileza de entregar uma cópia desta acusação ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, ao Sr. Governador Civil do Distrito de Viseu e á DGAL- Direcção Geral das Autarquias Locais. Concluindo, o processo foi mandado arquivar por não se verificar o crime que se perfilava, ou seja,*

Acta N.º 01/2011	
Livro N.º	Folha N.º

o crime de peculato. Fui acusada mas também ilibada de ser ladra e de me andar a governar com os dinheiros do povo fraguense. -----

----- Para quem experiência na vida política, o que não é o meu caso, chegou de imediato á conclusão que este episódio não passou de uma forma de perseguir politicamente a Presidente da Junta eleita democraticamente pelo povo. A Junta de Freguesia de Fráguas viu-se entretanto inibida de proceder á emissão de cheques. Foi difundido através da rádio que teríamos cometido actos ilegais, pôs-se em causa o bom nome das pessoas intervenientes neste triste processo. No entanto tenho o prazer de vos comunicar que após quase 7 meses de averiguações por parte do Banco de Portugal á instituição bancária que despoletou a inibição do uso de cheques á Junta de Freguesia de Fráguas, hoje podemos utilizar esta forma de pagamento, ou seja podemos emitir cheques assinados pela Presidente da Junta e pelo Sr. Secretário. O Banco de Portugal mandou anular todas as notificações que nos tinham sido feitas pela Caixa Geral de Depósitos.-----

----- O processo do TAF de Viseu teve inicialmente origem num pedido dos Membros da Assembleia de Freguesia de Fráguas para a dissolução deste Órgão e posteriormente decidiu este TAF fazer-lhe a junção do pedido de perda de mandato por parte da Presidente da Junta.-----

----- Após uma reunião com o Sr. Procurador, este proferiu o seu despacho dando instruções para que o processo fosse arquivado. Teceu uma série de considerações e uma panóplia de opiniões que com o arquivamento deste processo verificaram-se não ter nenhuma relevância.-----

----- Neste momento o processo encontra-se no Tribunal Central Administrativo do Norte, porque não concordando com o seu arquivamento os Membros da Assembleia de Freguesia apresentaram uma reclamação ao mesmo.-----

----- Na maioria das freguesias do país que se encontravam nesta situação já se verificaram eleições intercalares, ora porque os Presidentes de Junta de demitiram, ora porque as listas perdedoras demitiram-se em bloco.-----

Tomei a decisão de não me demitir até porque foi o povo que através de um dos direitos básicos da democracia, o direito de escolher, me quis neste lugar. Aceitei o convite do Estado Português para formar uma lista e concorrer às Eleições Autárquicas de 2009. Cumpri todos os trâmites legais quanto á constituição da lista e á campanha eleitoral. Cumpro também agora o que a Lei estipula quanto á eleição dos vogais do Órgão Executivo e do Presidente da Mesa da Assembleia.-----

----- Fui o Membro desta Assembleia mais votado para representar o Município na Comunidade de Aconselhamento do ACES Dão Lafões II e para representante das

Juntas de Freguesia no Conselho Municipal de Educação. Agradeço aos Membros deste Órgão que se prenuiciem, caso julguem que possa estar aqui em questão a boa representação das vossas Freguesias e do nosso Município por parte da minha pessoa.-----

----- Não quero terminar esta minha intervenção sem deixar um agradecimento aos grandes homens que têm apoiado esta pequena mulher num percurso que se tem revelado sinuoso, contudo o meu agradecimento muito especial vai para o Sr. Secretário José Manuel Gomes Sousa, Sr. Idílio Gomes Pinto, funcionário da Junta de Freguesia de Fráguas e o meu marido Adolfo Francisco.”-----

José Luís Ferreira dos Santos – Começou por referir que na última sessão da assembleia municipal não se exprimiu correctamente em relação ao horário da sessão. Não quis de modo algum tirar poderes ao Sr. Presidente da Assembleia, apenas queria dizer que lhe ficava bem se tivesse auscultado o órgão.-----

----- De seguida dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara recomendou-lhe que melhorasse o recinto escolar da EB1 e Jardim de Infância de Vila Nova de Paiva, assim como também as casas de banho daquela escola. Tem consciência de que não é por falta de limpeza dos sanitário, a questão está certamente na falta de sifão na rede de esgotos.-----

Henrique Morgado – Começou por perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se já tem alguma informação que possa prestar sobre o processo disciplinar mandado instaurar ao Dr. Sérgio Tavares e como se está a desenvolver o concurso de encarregados que o Sr. Presidente suspendeu por noventa dias.-----

De seguida referiu-se aos acontecimentos passados na última sessão da assembleia Municipal “*O que se passou foi muito grave e não pode ficar em claro, a intervenção do Sr. Presidente da Câmara a propósito do processo de construção de Biblioteca Municipal e do empréstimo da biblioteca demonstra uma completa falta de conhecimento, ignorância e uma profunda incompetência. Com efeito e a propósito do empréstimo afirmou com um ar mais inocente deste mundo que grande parte do dinheiro tinha sido gasto noutras coisas e não na obra para cujo empréstimo fora construído. Mais, afirmou ter ficado admirado de naquela empreitada a empresa ter recebido um adiantamento de vinte e cinco por cento do total da obra, deixando no ar a suspeição de um eventual favorecimento. Tudo isto teria sido evitado se, se socorresse da acta da reunião da Câmara Municipal de 06 de Fevereiro de 2008, na qual o Sr. Presidente participou como Vereador. Nessa mesma reunião um dos pontos da ordem de trabalhos foi e passo a citar: - Construção da Biblioteca Municipal – Adjudicatária: Vilda- Construção Civil – Pedido de adiantamento ao abrigo do n.º 5*

Acta N.º 01/2011	
Livro N.º	Folha N.º

do art.º 214, do Decreto-Lei N.º 59/99 – Informação N.ºA-04/DOM/2008, de 21.01.2008 e Informação N.º07/DAF/2008, de 23.01.2008 - Decisão: “ Após algumas considerações e tomada de conhecimento das informações supra, deliberado por maioria absoluta, com o voto contra do Sr. Vereador Avantino Beleza e abstenção do Sr. Vereador José Morgado, autorizar o adiantamento solicitado pela firma adjudicatária ao abrigo do n.º 5 do art.º 214.º do DL 59/99, no valor de € 249.748,62 (duzentos e quarenta e nove mil setecentos e sessenta e dois cêntimos) (que corresponde a 25% do valor de adjudicação da empreitada), devendo a mesma apresentar caução no mesmo valor, aprovando-se para o efeito as minutas dos modelos de caução (garantia bancária e seguro – caução à primeira solicitação) adaptadas dos anexos à Portaria”. Certamente o Sr. Vereador na Altura estava distraído. Portando, Sr. Presidente, não lhe fica bem fazer estes comentários sem a devida fundamentação.-----

----- Complementarmente para não ficar atrás o Sr. Presidente da Assembleia Municipal disse que grande parte do empréstimo não tinha sido utilizado para esse fim constituindo por tal facto um crime de peculato punido com pena de prisão. Dito isto e de forma tão linear, e sem mais explicações ficou a ideia de que o ex-presidente procedeu a desvio de dinheiros públicos em proveito próprio ou de terceiros. A isto eu chamo de desonestidade intelectual. Senão vejamos rapidamente a diferença: Artigo 341.º do Código do processo penal – Peculato – “os trabalhadores que se apropriarem em proveito próprio ou de outra pessoa de dinheiro ou coisa móvel pública ou particular que lhe tenha sido entregue e esteja na sua posse ou lhe seja acessível em razão das suas funções, será punido com pena de prisão até oito anos. – Artigo 341, n.º 2 – Peculato de uso – “ Os trabalhadores que nos termos da lei derem a dinheiro publico, destino para uso público diferente daquele a que está legalmente afectado sem que especiais razões de interesse publico o justifiquem, será punido com pena de prisão até um na, ou pena de multa. “-----

----- Não acredito que o Sr. Presidente da Assembleia não saiba ou não conheça a diferença. Acredito sim, que as afirmações proferidas foram intencionais e tiveram como único objectivo denegrir a imagem e o bom nome do anterior Presidente da Câmara, principalmente numa altura em que o visado não estava presente para poder defender a sua honra. Seria bom a Assembleia ouvir o que ele tem a dizer, uma vez que hoje está presente. Mas mesmo no caso de peculato de uso, nos termos de vários acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça, e tratando-se de cargos políticos exige-se um dolo específico, ou seja a consciência de prejudicar ou poder vir a prejudicar o

estado ou o seu proprietário, conferindo à acção dolitiva o verdadeiro carácter ou a especial perigosidade do agente para o bem jurídico protegido. -----

----- Meus senhores, é isto que está em causa e nada mais. Nos últimos tempos do mandato anterior como todos sabemos para se receber a comparticipação dos fundos era necessário primeiro proceder-se como que ao pagamento adiantado. Foi o que sucedeu entre outras com a obra de pavimentação do caminho rural de ligação entre Fráguas e Queiriga, em que o pagamento no montante 125.780 €, foi feito a 08.06.2009 e a correspondente comparticipação, no montante de 94.377€ só deu entrada nos cofres do Município em 13.07.2009. Estamos perante um crime de peculato Srs. Deputados ? O dinheiro não entrou nos cofres da autarquia ? Não escondemos os cheques nos cofres, toda a gestão foi clara, transparente e responsável. Foi por causa disto e por causa desta gestão responsável que, o actual Presidente da Câmara, irónicamente chamado de “presidente milagreiro” reclama para si um mérito de em pouco tempo conseguir o que não foi feito em quatro anos. Mas alguém de bom senso acredita que em seis meses se possa diminuir a dívida em oitocentos mil euros se não tivesse herdado as condições para isso ? Ficamos a saber também que a Assembleia passou de órgão consultivo e deliberativo a um órgão de informação e de suporte legal às decisões do Sr. Presidente da Assembleia. Com efeito disse que iria mandar extrair cópia da acta para enviar ao Ministério Público para averiguação. Uma gravidade destas, a Assembleia não deveria ser consultada ? É assim um assunto sem importância para que a Assembleia não se pronuncie ? O Sr. Presidente da Assembleia vai enviar cópia da acta a que título ? Em resultado de uma deliberação da Assembleia ? Que deliberação é que houve ? O que é isto senão uma total falta de consideração e de respeito para com os deputados ? Em mais de trinta anos nunca assisti a uma coisa destas, e isto resumindo e concluindo é caso para dizer que a caça às bruxas já começou, e eu aconselho-o vivamente Sr. Presidente da Assembleia a ler a “Respublica de Sócrates “ talvez aprenda alguma coisa com o passado, por que ele diz: “governas de forma autoritária e tirânica, não é sinónimo de sabedoria, nem de conhecimento”. O senhor seguramente não é um tirano, mas tem tiques de uma atrofia de autoritarismo. Já agora a propósito, soube há bocadinho que efectivamente a Polícia Judiciária esteve nas instalações da Câmara Municipal, gostava de saber se efectivamente já foi no âmbito da intervenção feita acerca do empréstimo da Biblioteca Municipal .-----

----- Muito Obrigado.”-----

O Sr. Fernando Félix, referiu o seguinte: Na sequência da aprovação, na anterior sessão desta Assembleia Municipal, da proposta de reconhecimento do interesse para o

Acta N.º 01/2011	
Livro N.º	Folha N.º

Município e para a economia local da recuperação da “Casa da Sinagoga” de Vila Cova à Coelheira, sugerir à Câmara Municipal que providencie para que Vila Nova de Paiva adira à Rede das Judiarias de Portugal, entidade cuja criação estava agendada para este mês de Fevereiro e cuja sede está prevista para Belmonte.---

-----Alertou a Câmara Municipal para a existência de uma “petição” popular de índole regional que procura fomentar o debate e estudo das possibilidades da conversão do Aeródromo Municipal de Viseu num aeroporto periférico, capaz de receber voos comerciais operados por companhias de baixo custo. Uma vez que tal valência, mesmo que sazonal, se apresenta de extrema utilidade para os milhares de emigrantes naturais deste Município. Recomendou à Câmara Municipal que procure acompanhar este processo/assunto e congrege esforços com a Câmara Municipal de Viseu para a sua concretização. -----

----- Perguntou também ao Sr. Presidente da Câmara se esta Câmara Municipal já adoptou algumas medidas de redução de custos correntes, como por exemplo o corte de alguns pontos de iluminação pública já efectuado por muitos Municípios deste País. Neste âmbito aproveitou para lembrar o Sr. Presidente da Câmara que os pontos de iluminação existentes na estrada de Vila Nova de Paiva para a Queiriga, desde o Canil até ao Campo de Tiro, podem ser desligados. -----

----- Por último solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que informe a Assembleia, ainda que abreviadamente, da polémica situação da Lusitania-Agência de Desenvolvimento Regional. -----

O Sr. Joel Sousa, proferiu o seguinte: “O Sr. Joel Sousa, proferiu o seguinte: ” *Nas actas agradecia que quando se referissem questões estratégicas para o município fossem mais concisos.* -----

----- De Seguida referiu-se ao Despacho n. o 23221/2009 do Ministério do Ambiente, para adesão aos sistemas Multimunicipais. No n. o 3 Daquele Despacho diz o seguinte: *"Que, tendo em conta que a sociedade concessionária do Sistema, a empresa Águas de Trás-as-Montes e Alto Douro, S.A, se encontra já em condições de dar início às iniciativas adequadas em ordem à realização dos projectos e obras relativos à integração dos novos municípios utilizadores do sistema multimunicipal, nos termos do disposto no nº 10 do artº 6º do Decreto-Lei nº 319/94, de 24 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei nº 222/2003, de 20 de Setembro, no nº 10 do artº 7º do Decreto-Lei nº 162/96, de 4 de Setembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei nº 223/2003, de 20 de Setembro, e nos nºs 4 e 5 e 6 da cláusula 3ª do contrato de concessão da exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Trás-as-Montes e Alto Douro, a entidade gestora do sistema*

multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Trás-as-Montes e Alto Douro, a empresa de Águas de Trás os Montes e Alto Douro, S. A., tome as iniciativas adequadas em ordem à realização dos projectos e obras relativos à integração do novos municípios utilizadores do sistema multimunicipal e, após a celebração, desde já autorizada, com os municípios de Castro Daire e Vila Nova de Paiva, dos contratos de fornecimento e recolha previstos no artigo 10º do Decreto-Lei nº 270-A/2001, de 6 de Outubro, dê início a esses fornecimentos e recolha"-----

----- Há um protocolo já celebrado entre a Câmara Municipal e a empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, que refere, Fevereiro de 2010 como data para celebração do contrato, prazo esse que poderá ser prorrogado por mais três meses. O que se pressupõe neste contrato/protocolo é o seguinte: se até Fevereiro de 2010 nada se fizer, “nada” dá a impressão que isto tudo está parado, mas não para. O protocolo também diz que se a Câmara pretender desistir só paga 49% dos custo já realizados. Todos sabemos que os indivíduos dos projectos levam às dezenas de milhares de contos por aqueles trabalhos (projectos). Isto é o que está aqui em causa, aliás os Sr. Deputados podem ir ao site www.aguasdetrasosmontesealtodouro e já vêem o estado avançado em que processo está. -----

Agora eu pergunto, foi feito este acordo em 2009? Porque é que está definido para alta e para baixa. Eu tenho aqui um mapa, que foi tirado do projecto. Temos os vários reservatórios, aliás eu não concordo com isto, aliás, deveria ter um reservatório por adução e não tem, são bombas e mais bombas, o que vai ficar uma brutalidade em termos de custos. Sei que há muita gente que não tem contadores. Isto é taxativamente assim, colocam lá água tratada, e eu quero ver quando o município tiver que pagar dezenas e dezenas de milhares de contos pela água, quem é que vai pagar?. É fácil, pede-se mais um empréstimo, recorre-se ao fundo monetário internacional, recorre-se ao banco europeu de investimento. Em Abril parece que, afinal, a banca rota já está certa, já há um fundo, muitos países estão a “convidar” Portugal, para aderir ao fundo. Não há problema! -----

Queria colocar uma segunda questão: o Sr. Presidente tinha ou não hipótese de parar o processo? E vai dizer-nos, não tinha! Se não tinha, tudo bem!.Não tem hipótese de parar o processo, isto continua e depois logo se vê!. Se tinha hipótese de o parar, já devia ter tomado diligências no sentido de a Câmara se ter candidatado aos fundos comunitários. Aliás, já não tem hipóteses. Como eu já referi anteriormente nas actas, em relação a este aspecto, este tema não é referido com a precisão que deveria ter, como se isto não fosse uma questão fundamental. Aliás, isto que eu estou aqui a dizer,

Acta N.º 01/2011	
Livro N.º	Folha N.º

a discutir é a coisa mais importante para os próximos 50 anos para o Concelho de Vila nova de Paiva. Eu não estou aqui a falar em banalidade.-----

----- Ouvi por aí rumores de que agora as Câmaras Municipais, nomeadamente a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva vão criar uma “espécie de gabinetes”, gabinetes esses, com uma série de técnicos onde vão ser integrados economistas para fazer projectos, isto, segundo aquilo que eu percebi. Vão ser também integrados advogados, penso eu! e acho muito bem!, Daqui a dois ou três anos, o Sr. Presidente da Câmara, quando perder as eleições, deve integrar esse gabinete. Isto é, quando as pessoas precisarem de um advogado ou de um economista recorrem aos serviços da Câmara, a estes gabinetes. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que as pessoas hoje já não têm necessidade de pagar a um advogado lá fora, nem a um economista para fazer projectos, e “outras coisas mais”. Parece-me que para o caso se Vila Nova de Paiva, vem um gestor/economista para apoiar as pessoas, para lhes fazer os projectos de investimento. Eu aconselhava, também, a meterem já advogados. Se forem agora as autarquias a fazer esse tipo de serviços quero ver o que é que lhe vai acontecer. Gostava que o Sr. Presidente me dissesse para que é que serve esse gabinete e qual o objectivo. Parece que vai ter uma série de técnicos especializados, de apoio, projectos, etc. Provavelmente pelo rácico de projectos no concelho, um ou dois por ano, não sei até que ponto se justifica”.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal aconselhou o membro Sr. Joel Sousa a informar-se melhor antes de falar alguma coisa e ser completamente impreciso nas suas declarações, até porque o que disse acerca dos gabinetes foi o mesmo que nada. Pensa que também o Sr. Presidente da Câmara não percebeu o que o Sr. Joel quis dizer com a última parte da sua intervenção. Não imagina de que gabinete ele estará a pensar. Aconselhou-o também a consultar melhor as suas fontes informativas que, ao que parece também não são muito fiáveis.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara em resposta às intervenções feitas, começou por referir que alguém com experiência lhe dizia que as Assembleias quando não têm assuntos na ordem do dia, arranja-se sempre assunto e é o que está a acontecer. Referiu que iria ser prático, objectivo e sincero, que foi o que sempre fez naquilo que diz.-----

----- Deu os parabéns à D. Sandra Francisco pela coragem que teve, em de uma vez por todas trazer à Assembleia aquilo que lhe vai na alma, e disse à D. Sandra que ela também já sabe a sua opinião. Fez todos os esforços, com todos os eleitos de Fráguas, com o Presidente da Assembleia e com o Sr. Governador Civil de Viseu, para que houvesse um consenso e uma solução para Fráguas. Lamenta, porque quem perde é

Fráguas, e aconselhou-os a entenderem-se.-----

----- Agradeceu a recomendação feita pelo Sr. José Luís Santos, até porque quando se fala em escolas, fala-se em educação, e nessa matéria a Câmara Municipal tem tido sempre uma preocupação acrescida, como o pode comprovar a professora que está a secretariar a reunião. Referiu que a Sr.^a Professora Idália pode testemunhar a quantidade de vezes que ele vai às escolas e a quantidade de reparações que tem feito nos estabelecimentos de ensino de todo o concelho. Disse que no início do ano lectivo, e para que tudo corresse bem, teve a preocupação de mandar pintar o interior de algumas escolas, alegrou-se o espaço escolar, repararam-se os aquecedores nas várias escolas, repararam-se os refeitórios e os sanitário. No entanto o Parque escolar do concelho está degradado o que leva a que por vezes haja este défice. A Câmara está a tentar arranjar a melhor solução para que de uma vez por todas se reorganize a rede escolar. É necessário que se consiga a construção do Centro Escolar, cujo projecto já está elaborado e aprovado e devidamente dimensionado em articulação com o agrupamento de escolas. Informou que também já foram enviadas proposta de negociação aos proprietários dos terrenos necessários à construção daquele centro escolar e respectivo arranjo urbanístico de toda a zona envolvente. Está a aguardar resposta às propostas apresentadas e está-se a preparar todo o processo por forma a que, logo que haja verba para o efeito, se arranque de imediato com as obras. Espera que com o segundo memorando de entendimento entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses e o Governo, seja dada a Vila Nova de Paiva essa possibilidade. Referiu ainda que, infelizmente, quando foi à comunidade Intermunicipal e na altura em que era dito que para centros escolares não ia faltar dinheiro, ele perguntou, onde estavam os oitocentos mil euros para o Centro Escolar de Vila Nova de Paiva. A resposta que lhe deram foi que ali já não havia nenhum e que o dinheiro já tinha ido para outros cinco concelhos. Face àquela resposta foi ao Mais Centro, onde lhe disseram que tinham o balcão fechado e que perguntasse ao governo pelo dinheiro. Aguarda que o balcão abra para resolver o assunto, até lá a Câmara tem de ir reparando os edifícios existentes. Na EB1 de Vila Nova de Paiva há urgência em resolver a questão dos esgotos, no entanto como têm que ser abertas valas para alterar a drenagem de esgotos, no período lectivo não é nada aconselhável fazer aqueles trabalhos.-----

----- De seguida respondeu ao Sr. Henrique Morgado como segue: “ *Sr. Deputado não percebo que tipo de linguagem é essa, não foi certamente o que lhe ensinaram os seus pais, não foi isso que se calhar aprendeu nas várias escola e faculdades por onde*

Acta N.º 01/2011	
Livro N.º	Folha N.º

passo. Não sei o que é que quer aqui defender. Desculpe eu responder-lhe assim, não sei o que é que efectivamente quer defender com tanta falta de coerência e usando um tipo de linguagem na qual eu não vou entrar, está escrito e eu até penso que vai ser transcrito em acta. Quero apenas e de uma forma educada responder às questões que me foram colocadas.” -----

----- Relativamente ao processo disciplinar movido contra o trabalhador desta autarquia Sr. Sérgio Tavares, informou que na última reunião de Câmara deu conhecimento de que além de estar a decorrer um primeiro processo, até já aberto um segundo contra a mesma pessoa. Pela gravidade dos factos suspendeu preventivamente o trabalhador em questão. Disse que não iria falar dele nem dos factos, porque até prova em contrário há presunção de inocência, e que a instrutora do processo é que tirará as suas conclusões, é ela que tem de verificar se tem ou não fundamento. Informou que além do processo disciplinar daquele trabalhador, existe um outro movido também contra uma técnica superior, em regime de contrato a termo certo, encontrando-se também esta suspensa até apuramento dos factos.-----

----- Em relação concurso de encarregados o Sr. Presidente disse o seguinte: “ quanto à saga d concurso de encarregados, e já que o Dr. Henrique fala tanto em lei e que invocou tanta lei, era escusado perguntar, porque o concurso está suspenso não só por meu despacho, mas também pela Lei do Orçamento de Estado para 2011. A Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro veio determinar que durante o ano de 2011 nas carreiras pluricategoriais não poderá haver lugar a concurso, assim como suspendeu todos os que estavam abertos. -----

----- Quanto à biblioteca Municipal o deputado Henrique até invocou o meu sentido de voto de 06 de Fevereiro de 2008 – abstenção – porque não concordava com o que foi aprovado. A lei é lei, e eu não disse que o meu antecessor tenha cometido alguma ilegalidade, o que eu aqui disse na última Assembleia Municipal, foi que nunca vi tal procedimento nesta Câmara, pagar ao empreiteiro antes da realização de obras, ou seja pagar à cabeça. O normal é executar trabalhos – medição dos trabalhos – aprovação em órgão executivo – e só depois é que se fazem pagamentos.-----

----- O Sr. Henrique mostrou-se muito indignado pela minha distracção, pela minha falta de competência, pela minha negligência. Ouça as declarações do Dr. Vereador Custódio na Rádio Escuro, ele próprio disse para onde levou o dinheiro.-----

----- Aproveito para vos transmitir que ontem, dia 22, estiveram nesta Câmara e no meu gabinete os Sr. Inspectores da Direcção Geral do Livro e da Biblioteca a consultar o processo da biblioteca, eles vão tirar as suas conclusões, e olhem que não fui eu que os cá chamei. Não faço encomendas como alguns por aí fazem. Mas quero-

lhe dizer, até porque a pergunta que o Sr. Henrique fez ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, o direito de queixa, de extracção de certidão de acta, cabe-lhe a ele, cabe-me a mim, como também cabe a qualquer membro dos órgãos autárquicos que tenham responsabilidades. Mais o direito de queixa/denuncia, desde que tenha conhecimento cabe a qualquer pessoa, os órgãos estão e existem para investigar.-----

----- Invocou também o Sr. Henrique o procedimento de pagamento das obras candidatas, tenho a dizer-lhe que é o mesmo que actualmente – executa-se obra – paga-se – valida-se e por fim recebesse a comparticipação, e foi assim que aconteceu no executivo actual. Não me esteja a chamar de milagreiro porque foi assim que se passou. Penso que, o que o incomoda é o facto do orçamento da Câmara estar a ser bem gerido.-----

----- A Policia Judiciária não veio cá por causa da biblioteca. Não era ainda o momento para vos informar porque é que a PJ veio à Câmara, mas porque também foi usada aqui pelo Sr. Henrique uma outra expressão, digo-vos, a PJ esteve cá em virtude do dito cheque do loteamento da Serra da Nave, mais precisamente do cheque da Campanha, se é que o podemos chamar assim. E é engraçado! Havia gente que os guardava nos cofres, mas havia executivos que nem nos cofres os guardavam, porque ele não apareceu, é engraçado, como é que o cheque andou aqui na bailação e desapareceu do cofre. A PJ solicitou que eu mandasse chamar o tesoureiro da Câmara, que no meu gabinete apresentou uma cópia do cheque, na qual tinha escrita a seguinte observação “ entregue a fulano no dia 24 de Outubro de 2006. E não é que esse cheque nunca mais regressou ao cofre? Na presença da Sr.^a Inspectora da PJ , questionei o tesoureiro, sobre se o eu tinha acesso ao cofre, a resposta foi: livre-se disso Sr. Presidente, o acesso ao cofre é só meu e da minha substituta. E a Sr.^a Inspectora perguntou ao tesoureiro: Então porque é que escreveu aqui nesta cópia “ entregue a fulano” e ele respondeu: para salvar a minha pele Sr.^a Inspectora.----- Meus senhores, uns guardavam o cheque no cofre, outros nem no cofre da autarquia o guardavam desde 2006.” -----

----- Respondendo à intervenção do Sr. Fernando Félix, relativamente à judiaria, o Sr. Presidente informou que a Sinagoga, é um projecto que está a ser apresentado com caracter técnico e científico, inclusive com pessoas ligadas internacionalmente à Rede de Judiarias, que não só Belmonte, mas também Trancoso, Lamego, etc.-----

----- Quanto ao aeródromo municipal, aguarda o desenrolar da notícia hoje publicada. -----

----- A questão da redução eléctrica, tem sido uma sua preocupação constante. Tem havido redução não só na iluminação pública como na conta colectiva. Para a semana

Acta N.º 01/2011	
Livro N.º	Folha N.º

será desactivado o troço de rede de iluminação pública entre o canil e campo de tiro, outros mais e por todo o concelho serão desactivados em breve. Informou que a EDP tem andado a colocar relógios astronómicos e que actualmente a concessão e as rendas têm dado para pagar a despesa de electricidade.-----

----- Quanto à Lusitânia, informou que na última reunião de Câmara informou o Executivo do requerimento do Deputado da Assembleia da Republica, Sr. Hélder Amaral, no qual faz uma série de questões. Os serviços estão a reunir toda a documentação, que entregará aos Sr. Vereadores e à Assembleia. -----

--

----- Quanto à intervenção do Sr. Joel Sousa, o Sr. Presidente começou por lhe agradecer pois ainda bem que este membro se preocupa com as questões da água. É do conhecimento geral que há problemas estruturais, que têm de ser bem pensados. Referiu que relativamente às águas, todos conhecem a posição do Presidente da Câmara, e o que sempre disse foi que para além do protocolo celebrado no final de anterior mandato autárquico, não foi enviado pelas Águas de Portugal, rigorosamente mais nada à Câmara. Informou que apenas fez uma recepção de cortesia e de apresentação de cumprimentos ao Engº Paixão, em Dezembro de 2009.-----

----- Referiu que a questão das águas é actualmente um dos assuntos mais importantes para a autarquia, como já disse foi um compromisso seu, desde o início que com a Câmara Municipal e a Assembleia, assim que chegasse qualquer comunicação o transmitia, não quer ficar com este ónus sozinho, o assunto terá de ser bem discutido por todos os eleitos. Informou que hoje deu entrada nesta Câmara Municipal um segundo memorando das Águas de Portugal, o qual ainda não analisou. Leu então ofício que acompanhou aquele documento e que é do seguinte teor: -----

“ Estando em fase de conclusão a análise da candidatura referente ao alargamento do sistema de abastecimento de água a Castro Daire e Vila nova de Paiva, que contempla o investimento decorrente do alargamento aprovado em Despacho do MAOT n.º 2322/2009 em 25 de Setembro de 2009 a executar no concelho cuja câmara municipal V.ª Ex.ª preside, temos vindo a ser confrontados com a necessidade de o respectivo contrato de fornecimento subscrito por V.ª Ex.ª.

Assim, vimos enviar cópia do referido contrato de fornecimento que se encontra em vigor para todos os concelhos aderentes ao sistema multimunicipal de Trás-os Montes e Alto Douro solicitando que no-lo remeta com a maior brevidade.

Essa urgência decorre da solicitação do POVT que faz depender o financiamento da candidatura do sistema multimunicipal de abastecimento e saneamento de ATMAD – alargamento do sistema de abastecimento de água Castro Daire e Vila Nova de Paiva

relativa ao investimento a realizar no concelho de Vila Nova de Paiva, aspecto que ganha maior relevância em virtude de a empreitada ter a sua adjudicação eminente.”

----- O Sr. Presidente referiu que quanto à matéria de águas e saneamento e á respectiva candidatura apresentada pela empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro ao POVT, ainda não se sabe se será aprovada. Em seu entender e face ao tempo e às datas julga que Vila Nova de Paiva estará desvinculada do processo, mas este é uma questão que terá de ser bem analisada devendo seguir-se a via que melhor convier ao Município. -----

----- Quanto aos gabinetes referidos pelo Sr. Joel Sousa, o Sr. Presidente disse o seguinte: “ *Confesso que eu não sei do que se trata, apelidam-me de milagreiro, mas não sou bruxo, não sei do que é que o senhor está a falar, não sei qual é a base de sustentação das suas declarações.*”-----

----- Referiu que tem transmitido, sempre tudo à Câmara Municipal, e que na próxima sexta feira, dia 25 de Fevereiro, vai realizar-se uma reunião extraordinária, cujo único ponto da ordem do dia é a apreciação e votação do contrato local de desenvolvimento social do concelho, projecto este que surgiu depois de uma reunião tida com a Sr. Ministra do Trabalho e da Solidariedade, Dra. Helena André. Tinha terminado o Progride e sabendo da possibilidade de que o concelho de Vila Nova de Paiva poderia beneficiar de um contrato local de desenvolvimento social, e dado que um concelho tem problemas sociais, na juventude, no desemprego e nos mais idosos, lançou o repto à Sr.^a Ministra, e efectivamente Vila Nova de Paiva veio a ser contemplada com meio milhão de euros, e cujo projecto terá uma execução de três anos. A Cáritas da Queiriga vai colaborar com a Câmara, sendo este projecto totalmente diferente dos outros projectos sociais desenvolvidos no concelho, tanto mais que se na sexta-feira a Câmara Municipal aprovar o plano de acção, o que espera que aconteça, com o compromisso que foi assinado em Novembro de 2010, no Governo Civil de Viseu, entre a Câmara Municipal, a Cáritas Paroquial de Queiriga e a Segurança Social, a gestão de todo o projecto fica entregue à Cáritas, entidade que também já colaborou com a Câmara no Projecto Progride. A Cáritas será autónoma para fazer aquilo que bem entender, obviamente cumprindo o plano de acção que foi aprovado pelo CLAS.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, referindo-se às declarações do membro Sr. Henrique Morgado, lembrou que foi a bancada do PDS que na última sessão da Assembleia disse para se enviar o processo do empréstimo da biblioteca para a Procuradoria-geral da República para que o assunto ficasse esclarecido. Disse ainda que tal “*situação só foi falada na última sessão porque o Dr. Joel, no seu tom*

Acta N.º 01/2011	
Livro N.º	Folha N.º

naturalmente jocoso, que tem usado sempre para provocar, veio aqui falar da biblioteca nalguns termos e principalmente dirigindo-se directamente a mim, em relação à minha orientação de voto nesta Assembleia no último mandato. Eu tive que esclarecer, e repito, que tinha votado contra, não contra a obra mas sim contra o seu financiamento, porque não havia necessidade de se fazer financiamento por empréstimo para aquela obra, naquele momento. Tanto não havia necessidade que afinal se se foi esvaziando o empréstimo é porque não era preciso para aquela obra. Se, se falou do assunto foi porque o Dr. Joel assim o quis. Se cá estava o anterior Presidente da Câmara ou não, não interessa, porque tudo aquilo que eu disse repito-o, como repeti na rádio escuro. Sempre encarei as coisas com frontalidade, se calhar ao contrário daquilo que se fazia e ao contrário de outros que deviam ter feito e não o fizeram com o tão falado cheque, porque foi preciso haver uma denúncia anónima, já no actual mandato autárquico para cá vir a Polícia Judiciária investigar. Se o anterior executivo fizesse aquilo que deveria ter feito a Judiciária já cá tinha estado. Esta é a diferença, é que aqui não se fala só por falar, actua-se e queremos saber o que se passa, doa a quem doer. Se havia problemas com o cheque deveriam ter actuado, não era esperar quatro anos por uma campanha eleitoral para deitar cá para fora essa informação. Isso é que é a desonestidade intelectual de que falava o Dr. Henrique.-----

Quanto à questão do crime em si obviamente, Dr. Henrique, opiniões há muitas, que eu saiba o Sr. não é juiz, não é procurador, eu também não sou. E eu tenho uma opinião, eu leio a lei você lê a lei, qualquer pessoa a lê, e a partir daí tiram-se conclusões. O eu lhe posso dizer, também com frontalidade, depois de ter ouvido as palavras do Sr. Vereador Custódio na rádio escuro, eu ouvi e pensei – então mas ele está aqui a confessar o crime –, isto foi o que eu pensei, é a minha opinião, e vale o que vale, opiniões há muitas”.-----

----- De seguida foi apresentado à mesa requerimento subscrito pelo Membro Sr. Henrique Morgado do seguinte teor: -----

“ Solicita-se que o Vereador Manuel Custódio seja ouvido por esta Assembleia em defesa da honra relativas às declarações proferidas na Assembleia passada quer pelo Presidente da Câmara, quer pelo Presidente da Assembleia Municipal” -----

----- Foi dada então a palavra ao Sr. Vereador Manuel Custódio que leu um relatório de análise à empreitada de construção de Biblioteca Municipal, feito por si, do seguinte teor:-----

“Antes de entrar pormenorizadamente na explicação relativa ao assunto supramencionado, permitam-me que faça algumas explicações do modo de funcionamento de gestão das Câmaras Municipais.

Praticamente durante todos os mandatos e o meu (2005/2009) não foi excepção, houve candidaturas a fundos comunitários. Nos últimos tempos do meu mandato para receber a comparticipação desses mesmos fundos era necessário proceder como que ao pagamento adiantado, dando entre outros como exemplo a empreitada de “Pavimentação do Caminho Rural de ligação entre Fráguas e Queiriga”, em que o pagamento no montante de €125.789,00 foi feito em 08/06/2009 e a correspondente comparticipação no montante de € 94.341, 75 só deu entrada nos cofres do Município em 13.07.2009.

Tal prática poderei dizer que era “normal” no funcionamento dos Municípios Portugueses, ou seria melhor deixar fugir as verbas dos fundos comunitários por falta do pagamento adiantado?

Depois destas explicações, e relativamente à polémica gerada em torno da empreitada “Construção da Biblioteca Municipal de Vila Nova de Paiva”, nomeadamente quanto à utilização do empréstimo contratado para financiamento da mesma, permitam-me, e tendo em conta as acusações de que fui alvo, os seguintes esclarecimentos:

Em 16/05/2007 foi adjudicado à Vilda – Construções Civil, S.A a execução da referida empreitada, pelo preço excluído o IVA de € 998.994,46.

Em 29.09.2005 tinha sido celebrado entre o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas e este Município um contrato programa até ao montante correspondente a 50% dos custos totais susceptíveis de comparticipação, cujo montante ascendia a 1.031.476,00 pelo que o contrato programa seria até ao montante de € 515.738,00.

Em 29/11/2006 e como já referido foi contratado com a Caixa Geral de Depósitos, um empréstimo até ao montante de € 762.322,00.”

----- Referiu ainda o Sr. Vereador Manuel Custódio, que durante o mandato foram efectuados os movimentos contabilísticos constantes do quadro que distribuiu pelos membros da Assembleia, e prosseguiu a sua intervenção efectuando as seguintes observações: -----

Os primeiros quatro pedidos de libertação de verbas do empréstimo, como poderão verificar, foram utilizados no pagamento de Autos de Medição da Empreitada da Biblioteca.

1) Relativamente ao 5.º pedido de libertação de verbas, efectuado em 23/12/2008, no montante de € 52.052,32, foram pagos, na mesma data aos AM n.ºs 2 do Caminho Rural entre o Lugar da Lousadela e Marras, no montante de € 18.704,13 e do

Acta N.º 01/2011	
Livro N.º	Folha N.º

Caminho Rural entre o Lugar dos Prados e Lugar da Cela no montante de € 33.348,19. A contrapartida do financiamento destas obras deu entrada nesta Câmara Municipal em 16/03/2009 no montante de 39.039,24 que serviu para pagamentos do AM 9 da Obra da Biblioteca.

2) Relativamente ao 6.º pedido de libertação de verba do empréstimo no montante de € 230.000,00 que foi efectuado em 27/04/2009, efectuou-se o pagamento nesta mesma data, da Revisão de Preços n.º 1 da Biblioteca Municipal montante de € 21.381,12, sendo o remanescente utilizado para pagamento das seguintes empreitadas, conforme indicações do Ministério das obras Públicas, Transportes e Comunicações – Intervenção Sectorial Desconcentrada de Acessibilidades e Transportes:

Francisco Pereira Marinho & Filhos, Lda

Empreitada de “ Execução do Arruamento de Ligação da Rua do Coval à Rua Padre Joaquim Rodrigues da Cunha”

Autos de Medição n.º 1, 2, 3 e 4 no montante de € 60.534,02

Empreitada de “ Construção do Arruamento da Rua Egas Moniz à Rua Capitão Salgueiro Maia e Arranjo Urbanístico do Jardim das Fontes”

Autos de Medição n.º 1, 3, 3, 4 e 5 no montante de € 63.274,08

Empreitada de “ Abertura dos Arruamentos A, B, C, D, E, F e H em Vila Nova de Paiva”

Auto de medição n.º 3 no montante de € 14.176,05

Irmãos Almeida Cabral, Lda

Empreitada de “Execução do Arruamento do Lar e Centro de Dia à Rua do Valado em Vila Nova de Paiva”

Auto de medição n.º 1 no montante de € 71.689,33

Assim e como se pode constatar nesta data (27/04/2009) foram pagos autos de medição no valor de € 231.055,40.

Principais Conclusões:

1 – Do contrato Programa celebrado, durante o mandato 2005/2009 somente deu entrada nos cofres da Câmara a Importância de 25.787,00 pelo que ficou por entrar o valor de 489.951,00.

2 – Do empréstimo contratado (€ 762.322,00) para complementar o financiamento, foi utilizada a importância de € 701.673,91, ficando um saldo de € 60.648,09, que não sei se entretanto já foi utilizado.

3 – Do valor adjudicado e partindo do pressuposto que não haveria trabalhos a mais nem revisões de preço estaria por pagar quando saí, a importância de € 550.988,28, pelo que a soma do saldo do empréstimo mais o valor em falta do contrato Programa

€ 489.951,00 + € 60.648,09 = € 550.599,09 daria para pagar o valor da empreitada, havendo apenas um saldo de € 3.89,19.

4 – No entanto importa realçar que do valor pago em 27/04/2009 referente às empreitadas extra Biblioteca e que totalizaram € 209.674,28, houve a entrada correspondente à comparticipação na Câmara Municipal, salvo erro, já durante o presente mandato, pelo que se pode concluir e salvo melhor interpretação, uma boa gestão dos dinheiros públicos, mesmo para os que utilizaram má fé e desconhecimento dos factos.

5 – Espero assim ter contribuído para um cabal esclarecimento da situação, colocando-me ao dispor para todos e quaisquer esclarecimento que entendam por convenientes.”

----- A Sr.^a Sandra Francisco, pretendeu saber se a Câmara Municipal ficou lesada por ter usado aquelas verbas.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que não duvida do destino do dinheiro referido pelo Sr. Vereador Custódio. Mas também disse que não é menos verdade que a empresa Francisco Pereira Marinho referida na intervenção do Sr. Vereador, ficou no final do anterior mandato com um saldo a seu favor no montante de trezentos e cinquenta e cinco mil euros. Quanto aos montantes recebidos do IPBL no actual mandato, em breve irá informar, em primeira instância a Câmara Municipal posteriormente entregará relatório à Assembleia Municipal. -----

----- De seguida passou-se à análise da ordem do dia como segue: -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

2.1 - Apreciação e votação do texto definitivo da acta da sessão de 27 de Dezembro de 2010. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta com abstenção dos membros Carlos Sé e Sandra Francisco, dado não terem estado presente naquela reunião, aprovar a acta da sessão de 27 de Dezembro de 2010.-----

2.2 – Apreciação e votação da 1.^a Revisão às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) e ao Orçamento para o financeiro de 2011, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 17 de Dezembro de 2011.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara justificou a necessidade desta 1.^a Revisão.-----

----- Abertas as inscrições para este ponto inscreveram-se e não tendo havido inscrições o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou-o a votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a 1.^a Revisão às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) e ao Orçamento para o financeiro de 2011.-----

Acta N.º 01/2011	
Livro N.º	Folha N.º

2.2 - Apreciação da Actividade Municipal desenvolvida durante os meses de Dezembro de 2010 e Janeiro e Fevereiro do ano em curso, nos termos do artº 53º, nº1, alínea e) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro. -----

----- O Presidente da Câmara referiu que uma vez que a relação da actividade municipal foi oportunamente entregue à Assembleia considera ser dispensável a sua leitura, estando disponível para responder às questões que lhe queiram colocar.-----

----- Abertas as inscrições para este ponto inscreveram-se e usaram da palavra os seguintes membros: -----

- Carlos Saraiva , referiu que tem constatado que na listagem da actividade municipal nunca constou a actividade desenvolvida pela equipa de sapadores, trabalho que considera importante, agradecendo que futuramente passe a constar.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Nos termos do artigo 27º do Regimento, foi aberto ao público um período de intervenção para esclarecimentos, nomeadamente sobre matérias constantes da ordem do dia da Sessão.-----

----- Como o Público presente não quis intervir, o Sr. Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão.-----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA** -----

----- A presente acta foi aprovada em minuta por unanimidade, nos termos e para os efeitos legais.-----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Finda a Ordem do Dia e uma vez tratados todos os assuntos, o Sr. Presidente da Mesa deu como encerrada esta sessão, vinte horas e quarenta e cinco minutos. -----

----- Todos os documentos citados nesta acta e que serviram de base ao que nela foi apreciado, constam da pasta de documentos anexos às actas da Assembleia Municipal e dão-se aqui por transcritos para todos os efeitos. -----

----- Para que conste lavrou-se a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----
